

■ Site expõe as vísceras da diplomacia global e questiona existência da liberdade de expressão

O portal WikiLeaks vem colocando a política internacional em polvorosa, ao divulgar cerca de 250 mil documentos secretos emitidos por representações diplomáticas dos EUA de todo o mundo. O vazamento expõe as vísceras da política internacional e questiona a existência de liberdade de expressão.

O WikiLeaks foi lançado em 2006 e desde o ano seguinte divulga informações que considera importantes para o público – e de conteúdo bombástico. Entre as principais, estão abusos e denúncias de torturas cometidos por militares dos EUA no Iraque e no Afeganistão. É coordenado pelo jornalista e ciberativista australiano Julian Assange e conta com uma extensa rede de colaboradores pelo mundo, que fornecem os dados que são pouco a pouco revelados pelo site.



Julian Assange, coordenador do site WikiLeaks

WikiMedia Commons

Desde que começou a publicar os documentos, o WikiLeaks e seu criador estão enfrentando uma pressão crescente, tanto de governos quanto de empresas. A Amazon Web Server, por exemplo, banuiu o site de seus servidores – a pedido do senador republicano estadunidense Joe Lieberman. O parlamentar, aliás, diz que os jornais que publicaram documentos divulgados pelo WikiLeaks podem ser investigados sob acusação de violar as leis de espionagem dos EUA.

Para o governo estadunidense, “vidas de diplomatas são colocadas em risco” com a divulgação dos documentos. Outro a criticar o WikiLeaks foi o Reino Unido, por meio do porta-voz da residência oficial do premiê David Cameron. “Os vazamentos e sua publicação são prejudiciais para a segurança nacional nos EUA, no Reino Unido e em outros lugares. É vital que os governos possam operar com base na confidencialidade da informação”, destacou.

A mídia se divide entre o aplauso e a condenação ao vazamento promovido pelo site. Mas parte dos veículos e comentaristas veem no WikiLeaks uma amostra de jornalismo e de transparência. Prova disso são os dois prêmios que o portal já recebeu desde a sua criação, o New Media Award, da revista *The Economist* (2008), e New Media Award, da ONG Anistia Internacional (2009).

Alguns servidores que hospedavam o WikiLeaks, como o estadunidense Amazon, tiraram o site do ar. Para Assange, colocar o WikiLeaks lá foi de “propósito”, para mostrar que a liberdade de expressão, tão apregoada nos EUA, é uma piada. No entanto, redes de simpatizantes do site fazem campanha em prol do portal. Sites espelho são criados com o conteúdo do site original e provedores de outros países se prontificaram a abrigar o WikiLeaks – até o fechamento desta edição, o conteúdo estava hospedado em um servidor suíço e disponível no seguinte endereço: <http://wikileaks.ch/>

O teor dos documentos revelados no último dia 28 de novembro podem não chegar a representar uma surpresa – apesar de sigilosos, não chegam a ser considerados “top secret”, que tratam de segredos de Estado. Mas os dados divulgados pelo WikiLeaks ratificam impressões já existentes quanto à atual única superpotência global. Em especial, a pobre visão que detêm da conjuntura internacional, demonstrada pelos comentários preconceituosos – às vezes até infames – de personagens conhecidos no cenário internacional. Entre eles, o presidente venezuelano, Hugo Chávez, considerado “maluco”; o premiê russo Vladimir Putin e o presidente Dmitri Medvedev chamados de “Batman” e “Robin”, respectivamente; e questionamentos sobre a saúde mental da presidente argentina, Cristina Kirchner.

■ Governo estudar criar órgão para regular conteúdo de rádio e TV

A questão de liberdade de imprensa x cerceamento deve ganhar novos capítulos. O novo motivo é um projeto do governo federal prevê a criação da Agência Nacional de Comunicação (ANC), que regularia o setor de telecomunicação e radiodifusão do país. O novo órgão também assumiria as atribuições atualmente exercidas pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) e teria o poder de aplicar multas em caso de programação considerada abusiva ou imprópria para determinado horário, e proibiria a concessão de emissoras de rádio e TV a políticos em mandato.

A proposta é temida pelos grandes meios de comunicação, que veem nela uma forma de o governo federal cercear a liberdade de imprensa. O governo alega que a nova agência não vai impor censura aos conteúdos, já que a análise deles ocorrerá após a veiculação.



Agência Brasil

■ Para especialista, cobertura dos conflitos no Rio foi “tudo menos jornalismo”

A ação que resultou na tomada do complexo das favelas do Alemão e da Vila Cruzeiro (zona norte do Rio) no último dia 28 de novembro foi destaque na imprensa nacional e internacional. Mas a cobertura dos veículos brasileiros sobre o confronto, na grande maioria dos casos, assume um discurso triunfalista, como se a “conquista” do Alemão significasse o “começo do fim do crime no Rio de Janeiro”.

Mas, onde estão os traficantes que fugiram durante a ação? Onde estão os mortos nos confrontos? Eram todos criminosos ou inocentes? Que medidas serão efetivamente tomadas nas comunidades ocupadas? O enfoque triunfalista prejudica a busca por fatos que destoem da versão oficial e deixa estas e outras perguntas sem resposta.

Em artigo publicado no portal “Observatório da Imprensa”, a professora e pesquisadora Sylvia Moretzsohn, da Universidade Federal Fluminense (UFF), argumenta que a cobertura da ocupação militar no Alemão “é tudo menos jornalismo”, entre outros motivos, por “vestir a camisa ao aderir desavergonhadamente à versão oficial”. Prova do que fala a especialista é a análise feita pelo jornal estadunidense *The New York Times*, que chegou a afirmar que a mídia nacional conseguiu “cativar” os brasileiros para a cobertura do confronto como em nenhum outro evento desde a Copa do Mundo da África do Sul.

■ Para especialista, mídia “vestiu a camisa” da versão oficial na ocupação do Alemão

O artigo completo de Sylvia pode ser acessado por meio do seguinte endereço: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=618JDB004>